

ATA NÚMERO 167/XII/2.^a SL

Aos 10 dias do mês de abril de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito da audição anual das Entidades Reguladoras.
2. Apreciação e votação da ata n.º 165, referente à reunião de 3 de abril.
3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a (GOV) - Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.
4. Programação da apresentação de propostas de alteração e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) – Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 378/XII/2.^a (BE) – Introduce o regime facultativo de contabilidade de caixa do IVA para as micro e pequenas empresas. Autor do parecer: Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).
6. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 177/XII/2.^a, de iniciativa da Inter-Reformados/CGTP: Contra as injustiças, contra o roubo dos subsídios de Férias e Natal, contra o empobrecimento. Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
7. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 178/XII/2.^a, de iniciativa da Cipriano Pires Justo e outros: Solicitam a aprovação de legislação que determine a devolução dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos e reformados, retirados em 2012, e a sua reposição a partir de 2013. Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
8. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 228/XII/2.^a, de iniciativa da Maria Antonieta Cruz e outros: Contribuição dos funcionários públicos para a CGA lesiva para o apuramento do montante da aposentação. Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

9. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 251/XII/2.^a, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes e outros: Solicitam à Assembleia da República que promova diligências quanto à atuação da Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no âmbito do Código de Procedimento e Processo Tributário.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
10. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.
11. Outros assuntos.

1. Audição do Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, no âmbito da audição anual das Entidades Reguladoras.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e enquadrando a audição no âmbito do acompanhamento regular das entidades reguladoras e conexas, feito pela Comissão, nos termos das competências que lhe estão cometidas na XII Legislatura.

O Senhor Presidente da CMVM efetuou uma intervenção inicial, na qual deu conta da evolução recente dos mercados bolsistas, do financiamento das empresas (em particular através do mercado de capitais), da reforma do quadro regulamentar europeu e nacional, da atividade da CMVM e de algumas operações acompanhadas pela CMVM.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da CMVM e abriu, de seguida, o período de intervenções dos Grupos Parlamentares, no âmbito da qual usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Medina (PS), Fernando Virgílio Macedo (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Honório Novo (PCP), tendo o Senhor Presidente da CMVM respondido, individualmente, às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da COFAP agradeceu as informações transmitidas pelo Senhor Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A gravação da audição, a apresentação da CMVM e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação da ata n.º 165, referente à reunião de 3 de abril.

A [ata n.º 165](#), referente à reunião de 3 de abril, foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

- 3. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 124/XII/2.ª (GOV) -
Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei
n.º 91/2001, de 20 de agosto.**

O presente ponto da ordem do dia foi adiado, a pedido do Grupo Parlamentar do PSD.

- 4. Programação da apresentação de propostas de alteração e votação, na
especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) – Aprova a Lei das Finanças
das Regiões Autónomas.**

Foi acordado como data limite para apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei
n.º 121/XII/2.ª \(GOV\)](#) o dia 3 de maio.

- 5. Apreciação e votação do parecer ao Projeto de Lei n.º 378/XII/2.ª (BE) – Introduce o
regime facultativo de contabilidade de caixa do IVA para as micro e pequenas
empresas.**

Autor do parecer: Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Foi consensualmente deliberado apreciar o parecer ao [Projeto de Lei n.º 378/XII/2.ª \(BE\)](#), apesar da ausência do proponente, tendo em consideração o agendamento da iniciativa para a sessão plenária do dia seguinte.

Nestes termos, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o parecer, recordando as principais disposições da iniciativa e dando conta, em particular, do enquadramento europeu e direito comparado referidos na Nota Técnica, no âmbito do qual, e no que reporta à Diretiva IVA, o limiar para aplicação do regime de IVA de caixa não pode ser superior a 500.000 €, sendo possível aumentar esse limiar até 2.000.000 €, após consulta do Comité do IVA, por contrapartida ao projeto de lei ora em apreço, que apresenta um limiar até 10.000.000 €, pelo que, em sede de eventual apreciação em especialidade, deveria a Comissão assegurar a conformidade com o enquadramento europeu.

De seguida, não se registando intervenções, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP e do BE.

- 6. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 177/XII/2.ª, de iniciativa da
Inter-Reformados/CGTP: Contra as injustiças, contra o roubo dos subsídios de
Férias e Natal, contra o empobrecimento.**

Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

A apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada, a pedido do relator.

- 7. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 178/XII/2.^a, de iniciativa da Cipriano Pires Justo e outros: Solicitam a aprovação de legislação que determine a devolução dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos e reformados, retirados em 2012, e a sua reposição a partir de 2013.**

Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o relatório à [Petição n.º 178/XII/2.^a](#), dando conta das respetivas conclusões, após o que o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP e do BE.

- 8. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 228/XII/2.^a, de iniciativa da Maria Antonieta Cruz e outros: Contribuição dos funcionários públicos para a CGA lesiva para o apuramento do montante da aposentação.**

Relatora: Senhora Deputada Isabel Santos (PS).

A Senhora Deputada Isabel Santos (PS) apresentou o relatório à [Petição n.º 228/XII/2.^a](#), dando conta das pretensões dos peticionários, as diligências efetuadas pela Comissão e as conclusões constantes do relatório, tendo este sido votado e aprovado por unanimidade, com a ausência do PCP e do BE.

- 9. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 251/XII/2.^a, de iniciativa de Pedro Manuel Sabino Martins Gomes e outros: Solicitam à Assembleia da República que promova diligências quanto à atuação da Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no âmbito do Código de Procedimento e Processo Tributário.**

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 251/XII/2.^a](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD informado que indicaria posteriormente o(a) relator(a).

- 10. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2012.**

A Comissão deliberou prolongar o período de reflexão quanto às auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos da lei.

- 11. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão da [Proposta de Lei n.º 138/XII/2.^a \(GOV\)](#), cabendo a elaboração do respetivo parecer ao Grupo Parlamentar do PSD, que informou que indicaria, oportunamente, o(a) autor(a) do parecer.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A reunião foi encerrada pelas 12:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2013

O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
Honório Novo
Isabel Santos
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Carlos Silva e Sousa
Jorge Paulo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Michael Seufert
Nuno Serra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Reis
Pedro Filipe Soares